

**REGULAMENTO DO
PORTOGALLO COIMBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
CNPJ N. 37.379.081/0001-92**

CAPÍTULO I - DO FUNDO

Artigo 1º - O **PORTOGALLO COIMBRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, doravante designado FUNDO, é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado de duração, destinado à aplicação em ativos financeiros.

Parágrafo Primeiro – O FUNDO é regido por este Regulamento, pelo Formulário de Informações Complementares e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Para permitir uma total compreensão das características, objetivos e riscos relacionados ao FUNDO, é recomendada a leitura deste Regulamento em conjunto com o Formulário de Informações Complementares e os demais materiais do FUNDO.

Parágrafo Terceiro – Este Regulamento, o Formulário de Informações Complementares e os demais materiais relacionados ao FUNDO estão disponíveis nos websites do ADMINISTRADOR (www.solidus.com.br), do distribuidor e no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

CAPÍTULO II - DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º - O FUNDO tem como público alvo investidores em geral.

Parágrafo Único – Antes de tomar decisão de investimento no FUNDO, os investidores devem: (i) conhecer, aceitar e assumir os riscos aos quais o FUNDO está sujeito; (ii) verificar a adequação deste FUNDO aos seus objetivos de investimento; e (iii) analisar todas as informações disponíveis neste Regulamento, no Formulário de Informações Complementares e nos demais materiais do FUNDO.

CAPÍTULO III - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 3º - São prestadores de serviços do FUNDO:

a) ADMINISTRADOR: SOLIDUS S/A CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade de Porto Alegre/RS, na Av. Carlos Gomes, 1672 sala 208 – Bairro Três Figueiras, inscrita no CNPJ sob nº 68.757.681/0001-70, autorizada a exercer a atividade pela CVM através do Ato Declaratório nº 2.421.

O ADMINISTRADOR fica autorizado a contratar terceiros em nome do FUNDO para a prestação dos serviços de gestão, custódia, consultoria de investimentos, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários, distribuição e escrituração de cotas, sendo a remuneração destes, pagas diretamente pelo FUNDO.

b) GESTOR: PORTOGALLO INVESTIMENTOS LTDA, com sede na Cidade de São Paulo/SP, a Rua Tabapua, 111 conj 62 – Bairro Itaim Bibi, inscrito no CNPJ sob nº 32.007.649/0001-20, autorizada a exercer a atividade pela CVM através do Ato Declaratório nº 17.690 de 18 de fevereiro de 2020.

c) CUSTODIANTE: BANCO BRADESCO S/A, com sede na Avenida Yara, S/N, Cidade de Deus, Osasco/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, devidamente autorizado a prestar serviços de custódia perante à CVM, através do ato declaratório nº 1.432.

d) CONTROLADORIA/TESOURARIA: SOLIDUS S/A CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade de Porto Alegre/RS, na Av. Carlos Gomes, 1672 sala 208 – Bairro Três Figueiras, inscrita no CNPJ sob nº 68.757.681/0001-70, autorizada a exercer a atividade para os fundos que administra, conforme legislação vigente.

Parágrafo Primeiro – Os demais prestadores de serviços do FUNDO encontram-se qualificados no Formulário de Informações Complementares disponível nos *websites* do ADMINISTRADOR, do Distribuidor e da CVM.

Parágrafo Segundo – Os serviços de administração e gestão são prestados ao FUNDO em regime de melhores esforços e como obrigação de meio, pelo que o ADMINISTRADOR e o GESTOR não garantem qualquer nível de resultado ou desempenho dos investimentos aos Cotistas no FUNDO.

Parágrafo Terceiro - Como prestadores de serviços do FUNDO, o ADMINISTRADOR e o GESTOR não são, sob qualquer forma, responsáveis por qualquer erro de julgamento ou por qualquer perda sofrida pelo FUNDO, com exceção das hipóteses de comprovada culpa, dolo ou má-fé do GESTOR ou do ADMINISTRADOR.

Parágrafo Quarto – O ADMINISTRADOR e cada prestador de serviço contratado respondem perante a CVM, na esfera de suas respectivas competências, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento do FUNDO e às disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO IV - DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 4º - O FUNDO tem como objetivo proporcionar a seus Cotistas a valorização de suas cotas acima do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros), divulgado pela CETIP, mediante aplicação de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido em cotas de fundos de investimento independentemente da classe destes, podendo se utilizar de mecanismos de hedge exclusivamente para proteção de suas posições, observados os limites estabelecidos neste Regulamento e na regulamentação em vigor, não permitindo alavancagem para alcançar seus objetivos.

Parágrafo Único – O objetivo de investimento previsto neste Regulamento não se caracteriza como uma promessa, garantia ou sugestão de qualquer rentabilidade, consistindo apenas e tão somente em uma meta a ser perseguida pelo GESTOR.

Artigo 5º - O FUNDO classifica-se como fundo de investimento em cotas de fundos da classe Multimercado, estando sujeito a fatores de risco condizentes com a estratégia de investimento, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial, devendo-se observar, contudo, os limites de concentração e os riscos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro – O FUNDO poderá aplicar seus recursos em qualquer ativo financeiro permitido pela regulamentação em vigor e pelo presente Regulamento, não sendo permitida a aplicação em outros ativos não especificados neste Regulamento, nem aplicação direta em ativos financeiros negociados no exterior.

Parágrafo Segundo – O FUNDO poderá atuar nos mercados futuros e de derivativos realizando operações exclusivamente para proteção de suas posições detidas à vista (*hedge*).

Parágrafo Terceiro – O FUNDO não utiliza estratégias de alavancagem, sendo o risco para os Cotistas proveniente somente das combinações das aplicações em outros fundos selecionados pelo GESTOR.

Parágrafo Quarto – O FUNDO poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em cotas de um mesmo fundo de investimento, desde que respeitada a política de investimento prevista neste Regulamento.

Parágrafo Quinto – O FUNDO poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em cotas de fundos de investimento administrado e/ou geridos por seu ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresa a elas ligadas, respeitados os limites de diversificação previstos na legislação vigente.

Parágrafo Sexto – Ficam vedadas as aplicações pelo FUNDO em cotas de fundos de investimento que invistam diretamente no FUNDO.

Parágrafo Sétimo – Somente podem compor a carteira do FUNDO, ativos financeiros que sejam registrados em sistema de registro, objeto de custódia ou de depósito centralizado, em todos os casos junto a instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, para desempenhar as referidas atividades.

Parágrafo Oitavo – O ADMINISTRADOR deve assegurar-se de que, na consolidação das aplicações do FUNDO com as dos fundos investidos, os limites de aplicação previstos neste Regulamento não são excedidos.

Parágrafo Nono – O FUNDO PODERÁ APLICAR SEUS RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE REALIZEM OPERAÇÕES NO MERCADO DE DERIVATIVOS EM VALORES SUPERIORES AO SEU PATRIMÔNIO, SEM LIMITES PRÉ-ESTABELECIDOS.

Parágrafo Décimo – As estratégias de investimento do FUNDO podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Artigo 7º - O FUNDO deverá observar os seguintes limites de aplicação:

Limites de Concentração por Emissor:	
União Federal	5%
Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	5%
Fundos de Investimento em geral	20%
Fundo de investimento em Renda Fixa ou Multimercado com o mínimo de 80% dos investimentos em Títulos Públicos, não alavancados, com permissão para operações no mercado futuro com o objetivo exclusivo de hedge	100%

Limites de Concentração por Modalidade de Ativo Financeiro:			
Grupo A	Cotas de fundos de investimento registrados com base na ICVM 555/14		100%
	Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento registrados com base na ICVM 555/14		
Grupo B	Cotas de fundos de Investimento Imobiliário – FII		20%
	Cotas de fundos de índice admitidos à negociação em mercado organizado		
	Cotas de fundos de investimento que invistam em ativos financeiros no exterior		
Grupo C	Cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados registrados com base na ICVM 555/14		20%
	Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados registrados com base na ICVM 555/14		
	Cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores profissionais registrados com base na ICVM 555/14		5%
	Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores profissionais registrados com base na ICVM 555/14		
Grupo D	Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos		5%
	Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil		

CAPÍTULO V – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 8º - O FUNDO está sujeito a diversos fatores de risco, os quais estão descritos neste Regulamento e relacionados resumidamente no Formulário de Informações Complementares, sendo destacados os principais Fatores de Risco no Termo de Adesão e de Ciência de Risco, o qual deve ser assinado por todos os Cotistas antes da realização do primeiro investimento no FUNDO.

Artigo 9º - De acordo com a legislação em vigor, os Cotistas respondem por eventual Patrimônio Líquido negativo do FUNDO, obrigando-se, caso necessário, por conseqüentes aportes adicionais de recursos.

Artigo 10 - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 11 - Antes de tomar uma decisão de investimento no FUNDO, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e de seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento, no Formulário de Informações Complementares e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir:

I - Risco de Mercado: Os riscos de mercado a que se sujeitam as operações realizadas pelo FUNDO caracterizam-se primordialmente, mas não se limitam:

a) à possibilidade de flutuações nos preços dos ativos que integram ou que vierem a integrar a carteira do FUNDO, o que se reflete diretamente no valor das cotas do FUNDO, sendo que os recursos aplicados pelos Cotistas podem valorizar-se ou sofrer depreciações de preços e cotações de mercado no período entre investimento realizado e o resgate das cotas;

b) à iminência de ocorrerem alterações, isoladas ou simultâneas, de condições econômicas, política, financeiras, legais, fiscais e regulatórios que podem causar oscilações significativas no mercado, bem como afetar

adversamente o preço dos ativos de emissão de determinadas companhias, de determinados setores econômicos ou de certa região geográfica; e

c) às oscilações das taxas de juros e às alterações na avaliação de crédito, pelos agentes de mercado, dos emissores ou garantidores que podem afetar adversamente o preço dos respectivos ativos da carteira.

II - Risco de Crédito: caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam pela possibilidade de inadimplimento das contrapartes em operações realizadas com o FUNDO ou dos emissores dos ativos integrantes da CARTEIRA, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas (valor do principal) e não liquidadas, assim como dos rendimentos.

III - Riscos de Liquidez: caracterizam-se, primordialmente, mas não se limitam pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos integrantes da CARTEIRA nos mercados em que são negociados. Assim, o GESTOR poderá ter dificuldade para liquidar posições ou negociar os referidos ativos no prazo e pelo valor desejado de acordo com a estratégia assumida. A ausência de liquidez pode levar, por exemplo, à necessidade de liquidação de Ativos Financeiros integrantes da CARTEIRA por valor inferior ao de mercado, para fins de pagamento de despesas correntes do FUNDO ou do resgate das cotas.

IV - Riscos de Concentração: os riscos de concentração caracterizam-se, principalmente, pelas aplicações do FUNDO estarem sujeitas a situações que afetem diretamente determinados setores do mercado ou determinado emissor de ativos, nos quais o FUNDO tenha investido grande parte de seus recursos. Quanto maior a concentração dos recursos aplicados pelo FUNDO em ativos de um mesmo emissor, maior será o risco a que o FUNDO estará exposto.

V - Risco Proveniente do uso de Derivativos: ocorre quando o FUNDO utiliza instrumentos derivativos para fins de *hedge* de suas posições no mercado à vista, caso em que o risco limita-se aos descasamentos de desembolsos financeiros e de liquidação pela contraparte, pela Bolsa ou pelo mercado organizado em que o derivativo foi negociado e registrado;

VI - Risco Sistêmico: as condições econômicas nacionais e internacionais, bem como fatores exógenos diversos, tanto no mercado nacional quanto internacional podem afetar o mercado e resultar em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem incorrer em perdas patrimoniais e afetar o desempenho do FUNDO.

VII - Risco Legal: a eventual interferência de órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Conselho Monetário Nacional – CMN e o Banco Central do Brasil - BC, no mercado podem impactar nos preços dos ativos. Ressalta-se que mudanças nas regulamentações ou legislações aplicáveis a fundos de investimentos, inclusive tributárias, podem impactar nos preços dos ativos ou nos resultados das posições assumidas pelo FUNDO e, portanto, nos valores patrimoniais, de cotas e nas modalidades operacionais integrantes da carteira do FUNDO.

VIII - Risco Decorrente Da Precificação Dos Ativos (marcação a mercado): os ativos integrantes da carteira do FUNDO são avaliados diariamente a preços de mercado, de acordo com as normas em vigor e práticas adotadas pelo ADMINISTRADOR. Os preços dos ativos são formados diariamente, conforme as expectativas do mercado financeiro e de capitais e em função das condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Tais critérios de avaliação dos ativos financeiros poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, resultando em variações patrimoniais e no valor das cotas do FUNDO.

IX - Riscos Específicos: o FUNDO se sujeita aos riscos inerentes aos diversos mercados em que opera. Determinados fatores específicos, incluindo a alteração da condição financeira de uma companhia, alterações na expectativa de desempenho/resultados das companhias, capacidade competitiva e capacidade de gestão empresarial podem, também, afetar adversamente o preço e/ou o rendimento dos ativos da carteira.

Artigo 12 - O FUNDO pode estar exposto a concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.

CAPÍTULO VI - DAS TAXAS E DOS ENCARGOS

Artigo 13 - O FUNDO pagará uma remuneração de 1% (hum por cento) ao ano, sobre o valor de seu Patrimônio Líquido a título de Taxa de Administração que remunerará o ADMINISTRADOR e os demais prestadores de serviços do FUNDO, com exceção dos prestadores de serviços de custódia e auditoria das demonstrações financeiras do FUNDO e dos valores correspondentes aos demais encargos do FUNDO, os quais serão debitados do FUNDO de acordo com o disposto neste Regulamento e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de Administração máxima do FUNDO poderá alcançar o percentual anual fixo de 4% (quatro por cento) ao ano sobre o valor do seu Patrimônio Líquido, compreendendo a Taxa de Administração do FUNDO e a dos fundos investidos.

Parágrafo Segundo – A Taxa de Administração é calculada e provisionada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) da porcentagem referida no *caput*, sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do FUNDO, e será paga pelo FUNDO, mensalmente, conforme estabelecido em contratos, aos respectivos prestadores de serviços.

Parágrafo Terceiro – Os fundos investidos pelo FUNDO poderão cobrar, além da Taxa de Administração, Taxa de Performance e taxa de ingresso/saída, as quais não estarão compreendidas pela Taxa de Administração máxima.

Parágrafo Quarto - Os pagamentos das remunerações aos demais prestadores de serviços, referidos no *caput*, podem ser efetuados diretamente pelo FUNDO a cada qual, nas formas e prazos entre eles ajustados, até o limite da Taxa de Administração.

Parágrafo Quinto – A prestação dos serviços de Atividades de Tesouraria e de Controle e Processamento dos Ativos Financeiros, Distribuição de Cotas e a Escrituração da emissão e Resgate de Cotas serão prestadas pelo próprio ADMINISTRADOR.

Artigo 14 - O FUNDO não possui taxa de ingresso ou taxa de saída.

Artigo 15 – Em função do resultado do FUNDO ou do Cotista, será devida taxa de performance calculada nos seguintes termos:

Método de cálculo: **do passivo**

Índice a superar: **CDI**

% a superar: **100%**

% devido acima do Índice: **20%**

Período de Apuração: **semestral**

Meses de apuração: **junho/dezembro**

Linha D'água: **Sim**

Periodicidade de Provisionamento: **Diário**

Data de Pagamento: **5º dia útil do mês subsequente ao de apuração**

Parágrafo Primeiro - Não há incidência de Taxa de Performance quando o valor da cota do FUNDO for inferior ao seu valor por ocasião do último pagamento efetuado.

Parágrafo Segundo – O FUNDO poderá aplicar em fundos de investimento que cobrem Taxa de Performance.

Artigo 16 – A taxa máxima cobrada pelo serviço de custódia do FUNDO será de 0,40% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO.

Artigo 17 – Além das taxas indicadas neste Capítulo, constituem encargos do FUNDO as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstos na regulamentação vigente;
- c) despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor independente;
- e) emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;
- f) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- g) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

- h) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do FUNDO;
- i) despesas com registro, custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- j) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- k) os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na Taxa de Administração e/ou performance;
- l) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado, se houver.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO devem correr por conta do ADMINISTRADOR.

CAPÍTULO VII – DA EMISSÃO E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 18 – O valor da cota é calculado diariamente e será determinado com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira. Para o cálculo de valor da cota serão utilizados os preços dos ativos da carteira do FUNDO no encerramento do dia (“COTA DE FECHAMENTO”), assim entendido como o horário de fechamento dos mercados onde o FUNDO atua.

Artigo 19 - O Cotista, para ingressar no FUNDO, deverá atestar sua intenção mediante assinatura do Termo de Adesão e Ciência de Risco ao Fundo.

Artigo 20 - A aplicação e o resgate de cotas do FUNDO devem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito (DOC), Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou da CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), neste último caso, mediante autorização do ADMINISTRADOR.

Parágrafo Único - Somente devem ser consideradas as aplicações como efetivadas, após a comprovada disponibilidade dos recursos e desde que o cadastro do investidor junto ao ADMINISTRADOR esteja atualizado.

Artigo 21 - Na emissão de cotas do FUNDO, deve ser utilizado o valor da cota do primeiro dia útil (D+1) (“COTA DE FECHAMENTO”) da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos investidores ao ADMINISTRADOR, desde que a disponibilização ocorra até as 14h (quatorze horas), com a respectiva confirmação pelo ADMINISTRADOR. Caso o crédito dos recursos seja confirmado após o referido horário, será utilizado, para fins de conversão, o valor da cota no primeiro dia útil subsequente.

Artigo 22 - O pedido de resgate de cotas poderá ser efetuado a qualquer tempo, observados os horários e limites estabelecidos pelo ADMINISTRADOR e descritos no Formulário de Informações Complementares.

Parágrafo Primeiro - A conversão do resgate dar-se-á pela cota de fechamento do FUNDO, aos 33 (trinta e três) dias contados após a respectiva solicitação, desde que a solicitação seja efetuada até as 14:00 (quatorze horas).

Parágrafo Segundo - O pagamento do resgate deverá ser efetuado em 1 (hum) útil (D+1) após a data da conversão das cotas.

Parágrafo Terceiro - Nos casos em que, com o atendimento da solicitação de resgate, a quantidade residual de cotas for inferior ao mínimo estabelecido pelo ADMINISTRADOR, a totalidade das cotas deve ser automaticamente resgatada.

Artigo 23 - É facultado ao ADMINISTRADOR suspender, a qualquer momento, novas aplicações no FUNDO, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e Cotistas atuais. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um dia não impede a reabertura posterior do FUNDO para aplicações.

Artigo 24 - Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros componentes da carteira do FUNDO, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do FUNDO ou do conjunto dos Cotistas, em prejuízo destes últimos, é permitido ao ADMINISTRADOR declarar o fechamento do FUNDO para a realização de resgates. Caso o FUNDO permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, o ADMINISTRADOR deve obrigatoriamente, além da divulgação de fato relevante por ocasião do fechamento anteriormente referido, convocar no prazo máximo de 1 (um) dia, para realização em até 15 (quinze) dias, Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades:

- a) substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de ambos;

- b) reabertura ou manutenção do fechamento do FUNDO para resgate;
- c) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros;
- d) cisão do FUNDO; e
- e) liquidação do FUNDO.

Parágrafo Único - O FUNDO deve permanecer fechado para aplicações enquanto perdurar o período de suspensão de resgates.

Artigo 25. O FUNDO não receberá pedidos de aplicação/resgate, não realizará conversão de cotas para fins de aplicação/resgate e não realizará pagamento de resgate em feriados em que não houver expediente bancário em âmbito nacional, sendo certo que estas datas serão consideradas dias não úteis para fins de contagem de prazo de conversão e pagamento. Nos feriados estaduais e municipais, o FUNDO operará normalmente, apurando o valor das cotas, recebendo pedidos de aplicações/resgates e realizando pagamento de resgates.

Artigo 26 – As cotas de FUNDO aberto não podem ser objeto de cessão ou transferência, exceto nos casos de:

- a) decisão judicial ou arbitral;
- b) operações de cessão fiduciária;
- c) execução de garantia;
- d) sucessão universal;
- e) dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens; e
- f) transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Parágrafo Primeiro – Os resgates destinados exclusivamente ao pagamento de imposto de renda (“come-cotas”) incidente sobre rendimentos derivados das aplicações mantidas por Cotistas na modalidade por conta e ordem e por Cotistas de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento que invistam mais de 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em um único fundo de investimento (“fundos-espelho”), exclusivamente em relação ao imposto de renda devido diretamente pelo Cotista do FUNDO ou pelo cotista dos fundos-espelho, devem obedecer regra de cotização específica, de modo que a conversão de cotas ocorra no menor prazo possível, considerando-se a liquidez dos ativos componentes da carteira do FUNDO.

Parágrafo Segundo – Para permitir a efetivação do resgate mencionado no Parágrafo acima, não será devida a cobrança de taxa de saída para os fundos que tiverem a respectiva previsão.

Parágrafo Terceiro – Para a fruição da regra de conversão de cotas e da isenção previstas nos Parágrafos acima, os distribuidores que atuem por conta e ordem de Cotistas e os cotistas de fundos-espelho devem encaminhar ao ADMINISTRADOR carta devidamente assinada solicitando o resgate para fins do pagamento do imposto de renda (“come-cotas”), sob pena de utilização da regra de conversão de cotas estabelecida no *caput* deste Artigo e da cobrança imediata da taxa de saída, quando aplicável.

Parágrafo Quarto – Reconhecem todos os Cotistas do FUNDO que a isenção prevista nos Parágrafos acima não configura tratamento diferenciado, tendo em vista tratar-se de procedimento específico para cumprimento de obrigação legal.

CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 27 - É de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do FUNDO deliberar sobre:

- a) as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- b) a substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou do CUSTODIANTE do FUNDO;
- c) a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do FUNDO;
- d) o aumento da Taxa de Administração, da Taxa de Performance ou da Taxa de Custódia;
- e) a alteração da política de investimento do FUNDO;
- f) a amortização de cotas; e
- g) a alteração do Regulamento.

Artigo 28 - A convocação da Assembleia Geral deve ser encaminhada a cada Cotista, com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência, da qual constará dia, hora, local e, ainda, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – Nos casos em que o FUNDO possuir Cotistas distribuídos por conta e ordem, o prazo de antecedência para envio da convocação indicada no *caput* deste Artigo deve ser de 17 (dezesete) dias de antecedência da realização da Assembleia, se a convocação se der por via física, ou de 15 (quinze) dias de antecedência da realização da Assembleia, se a convocação se der por meio eletrônico.

Parágrafo Segundo – O aviso de convocação deve indicar o local onde o Cotista pode examinar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral. Caso o referido aviso seja enviado por meio físico, os respectivos custos serão suportados pelo FUNDO.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral deve se instalar com a presença de qualquer número de Cotistas, devendo a presença da totalidade dos Cotistas suprir a falta de convocação.

Artigo 29 - As deliberações da Assembleia Geral devem ser tomadas por maioria dos votos, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do FUNDO inscritos no registro de Cotistas na data de convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo - As alterações de regulamento tornam-se eficazes na data deliberada pela Assembleia Geral, com exceção das alterações listadas a seguir, que se tornam eficazes, no mínimo, a partir de 30 (trinta) dias após a comunicação das deliberações aos Cotistas ou do prazo para pagamento de resgate estabelecido neste Regulamento, o que for maior, salvo se aprovadas pela unanimidade de Cotistas do FUNDO. São as alterações:

- a) aumento ou alteração do cálculo das taxas de administração, de performance, de ingresso ou de saída;
- b) aumento da Taxa de Custódia;
- c) alteração da política de investimento;
- d) mudança nas condições de resgate; e
- e) incorporação, cisão, transformação ou fusão que envolva fundo sob a forma de condomínio fechado, ou que acarrete alteração, para os Cotistas envolvidos, das condições elencadas nos incisos anteriores.

Parágrafo Terceiro – O Regulamento pode ser alterado, independentemente da Assembleia Geral, sempre que tal alteração:

- a) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM ou de adequação a normas legais ou regulamentares;
- b) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais do ADMINISTRADOR ou dos prestadores de serviços do FUNDO, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e
- c) envolver redução da Taxa de Administração ou da Taxa de Performance.

Parágrafo Quarto - O ADMINISTRADOR deve disponibilizar um resumo das decisões da Assembleia Geral a cada Cotista no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a data de realização da Assembleia Geral, com exceção do item (c), que deve ser informado tão logo ocorra.

Parágrafo Quinto - Pode ser utilizado, com a finalidade de informação acerca das deliberações da Assembleia, o próximo extrato de conta do FUNDO. Caso a Assembleia Geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, pode ser utilizado o extrato de conta relativo ao mês seguinte da realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Sexto – Caso o Cotista não tenha comunicado ao ADMINISTRADOR a atualização de seu endereço, seja para envio de correspondência por carta ou por meio eletrônico, o ADMINISTRADOR fica exonerado do dever de lhe prestar as informações previstas na regulamentação vigente, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

Artigo 30 - Anualmente a Assembleia Geral deve deliberar sobre as demonstrações contábeis do FUNDO, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias corridos após o término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral a que se refere o *caput* somente pode ser realizada no mínimo 15 (quinze) dias corridos após estarem disponíveis aos Cotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas pode dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o faça por unanimidade.

Parágrafo Terceiro - As deliberações relativas às demonstrações contábeis do FUNDO que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer Cotistas.

Artigo 31 – O ADMINISTRADOR, o GESTOR, o CUSTODIANTE ou o Cotista ou grupo de Cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cotas emitidas, podem convocar a qualquer tempo Assembleia Geral de Cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do FUNDO ou dos Cotistas.

Artigo 32 - As deliberações dos Cotistas poderão, a critério do ADMINISTRADOR, ser tomadas sem necessidade de reunião, conforme previsto na legislação em vigor, mediante processo de consulta formalizada em carta, correio eletrônico ou telegrama, dirigido pelo ADMINISTRADOR a cada Cotista, para resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo Primeiro - Deverão constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício de voto.

Parágrafo Segundo - A ausência de resposta à consulta formal, no prazo estipulado no *caput*, será considerada como aprovação por parte dos Cotistas das matérias objeto da consulta, devendo tal interpretação também constar expressamente da própria consulta.

Parágrafo Terceiro - Quando utilizado o procedimento previsto neste artigo, o quórum de deliberação será o de maioria simples das cotas emitidas, independentemente da matéria.

Artigo 33 - É permitido aos Cotistas votar em Assembleias Gerais por meio de comunicação escrita, quando a referida possibilidade estiver expressamente prevista na convocação da Assembleia Geral, devendo a manifestação do voto ser recebida pelo ADMINISTRADOR até o dia útil anterior à data da Assembleia Geral, respeitado o disposto no parágrafo do presente Artigo.

Parágrafo Único - A entrega do voto, por meio de comunicação escrita, deve ser realizada na sede do ADMINISTRADOR, sob protocolo, ou por meio de correspondência, com aviso de recebimento (AR) disponível nas agências dos correios.

CAPÍTULO IX - DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 34 - As informações ou documentos tratados neste Regulamento e na legislação vigente podem ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados aos Cotistas, ou por eles acessados, por correspondência eletrônica (e-mail) ou por meio de canais eletrônicos, incluindo a rede mundial de computadores.

Parágrafo Primeiro - Caso, a critério do ADMINISTRADOR, as informações ou documentos tratados neste Regulamento não possam ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados aos Cotistas por correspondência eletrônica (e-mail) ou por meio de canais eletrônicos, será utilizado o meio físico, sendo certo que as respectivas despesas serão suportadas pelo FUNDO. Caso o ADMINISTRADOR opte por enviar as informações por meio eletrônico e algum Cotista opte pelo recebimento por meio físico, tal cotista deverá informar este fato prévia e formalmente ao ADMINISTRADOR, ficando estabelecido que as respectivas despesas serão suportadas pelo FUNDO.

Parágrafo Segundo - O ADMINISTRADOR está dispensado de enviar o extrato ao Cotista, desde que o mesmo concorde expressamente com o não recebimento.

Parágrafo Terceiro - Os Fatos Relevantes serão divulgados pelo ADMINISTRADOR por meio de seu website (www.solidus.com.br) e por meio do website do distribuidor, quando for o caso.

Parágrafo Quarto - As Assembleias Gerais serão convocadas individualmente por correspondência eletrônica (email) ou por meio de correspondências físicas, à critério do ADMINISTRADOR, e também ficarão disponíveis no website do ADMINISTRADOR.

Parágrafo Quinto - O ADMINISTRADOR se obriga a calcular e divulgar, diariamente, o valor da cota e do Patrimônio Líquido do FUNDO.

Parágrafo Sexto – A Política de Divulgação de Informações do FUNDO completa está contida no Formulário de Informações Complementares disponível nos websites do ADMINISTRADOR, do distribuidor e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

CAPÍTULO X – DA POLÍTICA DE VOTO

Artigo 35 – Para defender os interesses do FUNDO e dos Cotistas, o GESTOR adota Política de Exercício de Direito de Voto (“Política de Voto”) em Assembleias Gerais de Fundos de investimento e companhias emissoras dos ativos que compõem a carteira do FUNDO. A Política de Voto encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico <https://portogalloinvestimentos.com.br/>

CAPÍTULO XI - DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 36 - As quantias que forem atribuídas ao FUNDO a título de rendimentos advindos de ativos financeiros que integrem a carteira do FUNDO devem ser incorporadas ao Patrimônio Líquido do FUNDO.

CAPÍTULO XII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 37 - Os exercícios sociais do FUNDO serão de 12 (doze) meses cada, encerrando-se no último dia útil do mês de junho de cada ano, quando devem ser levantadas as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado.

Parágrafo Primeiro - As demonstrações contábeis devem ser colocadas à disposição de qualquer interessado que as solicitar ao ADMINISTRADOR, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do período.

Parágrafo Segundo - As demonstrações contábeis do FUNDO serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade.

CAPÍTULO XIII - DO FORO

Artigo 38 - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer conflitos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

Porto Alegre, 27 de julho de 2020.

SOLIDUS S/A CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS